



☆☆☆

ESTRUTURA DE PEÇAS

☆☆☆

**Ação Declaratória de
Constitucionalidade**



1	EXM ^o . SR. MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL... ou AO JUÍZO ...
2	
3	Qualificação do legitimado (acompanhe pela tabela do material), por seu advogado que
4	esta subscreve, conforme procuração anexa, com escritório ..., endereço que indica para
5	os fins do art. 77, V, do CPC, vem, com fundamento no art. 102, I, “a”, da CRFB/88 e na Lei
6	nº 9.868/99, propor/ajuizar AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE , em defe-
7	sa da (colocar a Lei ou ato normativo federal ou a parte do dispositivo que gera a contro-
8	vérsia sobre a sua constitucionalidade) elaborada por (mencionar a autoridade responsá-
9	vel pela lei ou ato normativo), nos termos que passa a expor.
10	
11	I - DO OBJETO DA AÇÃO
12	Nos termos do art. 102, I “a” da CRFB/88 caberá Ação Declaratória de Constitucionalidade
13	em defesa de lei ou ato normativo federal cuja constitucionalidade seja objeto de rele-
14	vante controvérsia judicial.
15	No caso em tela, conforme será demonstrado, a (indicar a lei ou ato normativo), NÃO
16	VIOLA a Constituição Federal de 1988, por isso deverá ser confirmada e declarada a sua
17	constitucionalidade.
18	
19	II- DA TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR
20	No caso em tela, é possível identificar a necessidade de concessão de medida cautelar,
21	uma vez, que há probabilidade do direito (<i>fumus boni iuris</i>) pela patente constituciona-
22	lidade da norma defendida (mencionar rapidamente o problema central da peça) e peri-
23	go na demora e risco ao resultado útil do processo (<i>periculum in mora</i>) (mencionar a ur-
24	gência), conforme previsto no art. 300 do CPC, caso a mesma não seja deferida.
25	A possibilidade de concessão de medida cautelar em Ação Declaratória de Constitucio-
26	nalidade encontra fundamento no art. 21 da Lei nº 9.868/99, e possui natureza de medida
27	cautelar para determinar a suspensão do julgamento dos processos que envolvam a apli-
28	cação da (lei ou do ato normativo objeto da ação) até seu julgamento definitivo.
29	
30	III - DO CABIMENTO DA AÇÃO



31	A presente ação é cabível por se tratar de relevante controvérsia judicial envolvendo a
32	constitucionalidade do ato defendido, demonstrada pelas diversas decisões judiciais que
33	negaram a aplicação do referido ato normativo federal, o que atende ao art. 14, III, da Lei
34	nº 9.868/99.
35	Neste sentido, conforme previsão do art 102, I, “a”, da CRFB/88, o autor propõe a presente
36	ação declaratória de constitucionalidade com a finalidade de confirmar a constituçona-
37	lidade do ato defendido, e o faz exercendo direito constitucional de petição, art. 5º, XXXIV,
38	CRFB/88, bem como o direito de acesso à justiça, art. 5º, XXXV, CRFB/88.
39	
40	IV - DA COMPETÊNCIA
41	De acordo com o art. 102, I, “a”, da CRFB/88, é de competência originária do Supremo Tri-
42	bunal Federal processar e julgar a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato
43	normativo federal, sendo a ação regulamentada pela Lei 9.868/99.
44	
45	V - DA LEGITIMIDADE ATIVA
46	O autor é legitimado ativo para a propositura da ação, de acordo com o art. 103, (indicar o
47	inciso correspondente), da CRFB/88 e art. 2º, (indicar o inciso correspondente), da Lei nº
48	9.868/99, por se tratar de (nome do legitimado - Governador, Presidente, Partido...)
49	
50	VI - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS
51	Artigos que contemplem o caso prático, ou seja, o artigo do direito material violado.
52	
53	VII - DOS PEDIDOS
54	Em face do exposto, requer:
55	a) A concessão da tutela de urgência cautelar consistente na determinação de que os
56	juízes e os Tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação
57	da lei ou do ato normativo objeto da ação, mantendo a sua aplicação o julgamento defi-
58	nivo desta ação, com amparo no art. 300 do CPC e art. 21 da Lei nº 9868/99;
59	b) A procedência da ação, confirmando a medida cautelar, para declarar em definitivo a
60	constitucionalidade do ato defendido (indicar a lei/ato defendido), conforme arts. 22 a 28



61	da Lei 9.868/99;
62	c) a oitiva do Procurador-Geral da República, dentro do prazo de 15 dias, na forma do art.
63	103, §1º, da CRFB/88 e art. 19 da Lei 9.868/99;
64	d) a juntada dos documentos em anexo, instruindo-se a inicial com a cópia do ato nor-
65	mativo questionado e com os documentos que comprovam a prolação de decisões judi-
66	judiciais contrárias à constitucionalidade da lei, de acordo com o art. 14, parágrafo único,
67	da Lei 9.868/99.
68	
69	Valor da causa nos termos do art. 319, V, do CPC.
70	Nestes termos, pede deferimento
71	Local..., data....
72	Advogado... OAB nº...
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	



91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	